



## DISCURSO EM IMAGEM: VERDADE, FOTOGRAFIA-DOCUMENTÁRIO E O INVENTÁRIO DO REAL<sup>1</sup>

Ismara Tasso<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, o percurso traçado pelo movimento analítico arqueogenealógico visou compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados pela mídia, desvelando, com isso, modos de dizer e de olhar a interculturalidade na contemporaneidade em tempo e espaço inapropriados ao indesejável acontecimento. O estudo demandou reflexões sobre a prática discursiva midiática circunscrita ao acontecimento para as quais delineamos procedimentos analíticos ajustados à empreitada de escavar e de desvelar espaços de revigoração do acontecimento materializado em fotografias-documentais/monumentais. Para tanto, apontamos relações que permitiram a individualidade dos enunciados relativos aos dispositivos interculturalidade, política afirmativa e biopolítica, assim como, identificar a intolerância como o referencial para as condições de (co)existência enunciativa e para a condição de realidade da dispersão do objeto constituído por essa série enunciativa.

**Palavras-chave:** Acontecimento. Fotografia-documento. Inventário do real. Biopolítica.

### INTRODUÇÃO

Na imensurável distância entre o dado e a intrincada novidade, o percurso aqui proposto perpassa terrenos, não raros, conflituosos e fartos de contradição, dos quais destacamos aqueles circunscritos a políticas afirmativas urdidas em condições específicas de existência enunciativa, cujas bases de sustentação têm seu aparato na biopolítica. Perspectiva pela qual se intenta compreender os regimes de visibilidade e de invisibilidade inscritos na materialidade discursiva imagética composta por uma série enunciativa, cuja ulterioridade a constitui documental, dada a possibilidade de transpor a condição *noemática*<sup>3</sup> inerente e irrestrita das imagens enredadas na instância da memória discursiva, em especial aquelas circunscritas à fotografia.

Tatear dimensões operacionais entre imagem, história, memória e cultura na mídia implica, entre outros procedimentos, traçar o modo como a singularidade do ato responsável pelo “*interfuit*” de certa imagem é constituído. Gesto despendido à apreensão, pelo viés discursivo, do que possibilita a uma imagem evocar que o que se encontra reproduzido existiu e esteve em um determinado espaço, em determinado “instante” temporal para, então, investir na transposição das barreiras que sustentam a

<sup>1</sup> Estudo teórico-analítico desenvolvido no pós-doutoramento – Programa Procad-CAPES UEM/UNICAMP

<sup>2</sup> Pós-doutora pelo IEL/UNICAMP. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. Professora do Departamento de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM/PR. Email: tassojs@terra.com.br.

<sup>3</sup> As noções fundantes do conceito noema encontram-se na obra *A câmara clara* de Roland Barthes (1984).



ilusória evidência do real. Nessa direção, procede-se à cata de desvelar, desse duplo emoldurado e produzido em circunstâncias específicas, o instante vivido, consagrado que faz emanar, imensuravelmente, efeitos miméticos da realidade. Seria essa uma forma de compreender a verdade do presente? Ou ainda, de estabelecer as condições de possibilidade de buscar, na teia discursiva composta por imagens documentais, o que existiu em certos regimes de olhares em governamentalidade? Poderia, assim, pela mobilização do “isso-foi” do instantâneo, em suas múltiplas interfaces, instaurar uma cartografia do “real” passado ao fugaz presente?

Sob tal delineamento e indagações, o presente estudo visa tratar dos modos como corpos em vigília são retratados em discursos da mídia e a imagem do acontecimento instada a compor o inventário fotográfico do real. Escopo que toma a expressão “corpos em vigília” para além de compreendê-la, de forma pontual e específica, como populações que se encontram à margem da sociedade brasileira, alvo de transformações socioculturais e políticas e que se mantém em constante estado de vigilância, de cautela e de resistência à imposição do outro – aquele que lhe serve de parâmetro e de equiparação. Compreender o presente, nessa medida, corresponde ao papel de escavar discursividades em territórios políticos e midiáticos, em busca de “pontos de orientação” à subjetivação dos sujeitos em cuja governamentalidade pulsa a força que os impele a traçar para si “novos objetivos de vida e novos padrões de conformidade para substituir aqueles que costumavam ser fornecidos pelas comunidades em que as vidas humanas, do berço ao túmulo, se inscreviam, mas que se extinguíram, ficaram inacessíveis ou caíram [ou se encontram prestes a cair] em desuso” (BAUMAN, 2003, p. 114).

Assim, a significação para a expressão “corpos em vigília” adianta-se à que se define na complexa rede discursiva circunscrita a condições de emergência e de existência afetas à diversidade – universal concreto de toda a realização humana (SODRÉ, 2006) – ou a espaços de contradição à orientação sobre a conduta política e social ao diferente. Nessa tessitura, o termo “corpos” comporta os sujeitos da diversidade que se encontram, pela própria condição de existência, em entre lugares; estes que comumente são demarcados por uma geografia econômica, política e cultural, não de todo consensuais. Razão de esses lugares se constituírem em espaços multifacetados do diverso, do que pertence ou não, do que se reconhece ou não, do que se identifica ou não; por isso, lugares nos quais os jogos de força se estabelecem em meio a uma rede discursiva complexa. Dessa feita e à esteira do dizer de Augê (1994), trata-se de “lugares de polaridades fugidias”, já que um desses polos compreende e representa o lugar nunca apagado, enquanto o outro corresponde ao lugar que nunca se realiza plenamente. A bipolaridade imaginária, neste caso, é um efeito da condição desigual em que “ser local num mundo globalizado é sinal de provação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 8). Nessa direção, corpos são instâncias da materialidade constituinte de superfícies de inscrição de acontecimentos discursivos. Em conjunção com a expressão “em vigília”, “corpos” compõem a fórmula designativa de população minoritária, cuja ordem organizacional justifica-se em torno do compartilhamento de uma identidade cultural, seja ela pautada por definições de gênero, etnia, raça,



orientação sexual ou de outro modo de vida compartilhado que impõe demandas por políticas específicas. Nesse seguimento e para a presente proposição, corpos em vigília correspondem aos sujeitos biologicamente constituintes de etnias indígenas<sup>4</sup>, cujas forças mais imediatas de manifestação ganham visibilidade nas instâncias da cultura. Estas que, nas palavras de Bauman (2012, p.28), comportam o fenomenal paradoxo “o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece seu poder, [pois] a busca da ordem torna toda ordem flexível e menos que atemporal”, razão de o termo abarcar também o contido em corpo social. A cultura, de acordo com esse teórico, sofre, na atualidade, a tendência de ser avaliada

[...] tanto[como] um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopropetuação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças (BAUMAN, 2012, p. 28).

Nesses parâmetros, a cultura é fator de unidade, mas também é o de segregação, quando regida precisamente pelas diretrizes da diversidade cultural<sup>5</sup>. Ordem política que subsidia o processo de assimilação do indígena à sociedade não indígena por dispositivos de subjetivação, amparados em regimes de verdade sobre o cerceamento da intolerância ao diferente. No exercício da governamentalidade, os princípios da biopolítica regem condutas institucionais que primam por tornar visível a concessão de direitos plenos da cidadania ao sujeito da diversidade, com vistas a atender às crescentes demandas sociais. Dinâmica que possibilita a tesauroização do sujeito indígena da contemporaneidade.

Diante disso, o olhar reflexivo empreendido procura se estabelecer com vista a ultrapassar encadeamentos ajustados à medida de sucessões aparentes, à procura dos dispositivos que regem a descontinuidade característica da contemporaneidade. Valemo-nos, para isso, de reflexões acerca do acontecimento discursivo “Brasil 500 anos”, de modo a compreendê-lo sob a força da transformação do descontínuo, trajetória alinhavada com o distanciamento das amarras da história em sua forma clássica, para a qual “a descontinuidade [fora] estigma de dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história” (FOUCAULT, 2000, p. 84). Dessa forma, este estudo

---

<sup>4</sup> Destacamos que tal população tem seu reconhecimento instituído pela Lei 14.453/07, sancionada pelo Governo do Estado do Paraná, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná. A Lei define, para efeito de sua aplicação, em seu Art. 1 – parágrafo único, que (i) os povos indígenas compreendem “as coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade nacional em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-cabraliana”; e (ii) como comunidade indígena, “o grupo humano local, parcela de um povo indígena organizada segundo seus usos, costumes e tradições e localizadas no território nacional independentemente da situação das terras que ocupem”.

<sup>5</sup> Não nos deteremos às especificidades da evolução terminológica de “diversidade cultural”, contudo, o termo é tomado pela força sociopolítica conquistada pela emergência enunciativa em que se inscreve no campo discursivo, e em cujos efeitos contribuíram para a realização da “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, celebrado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em sua 33ª reunião, em Paris, em outubro de 2005.



de natureza teórico-analítico prioriza a compreensão do modo como a força verídica do enunciado se instaura na visibilidade do texto, reservando à opacidade da linguagem iconográfica um conjunto de possibilidades de atualizar a narrativa do rito da “descoberta”. Trata-se de um investimento que demanda a constituição dos sentidos pelos vieses da língua, da história e da memória. Vieses pelos quais a mídia, na esteira complexa do funcionamento discursivo, coloca em jogo a perversa sentença “fazer viver e deixar morrer” – princípio da biopolítica foucaultiana que rege a norma constituinte de regimes do dizer e do olhar corpos em vigília.

### **REGIMES DE VERDADE E PRÁTICAS DISCURSIVAS: CONTRAPONTO ENTRE MATERIALIDADES SIGNIFICANTES**

A prática de leitura iconográfica implica essencialmente atentar para o fato da inadequação de um estudo que trate apenas do visível e refute a possibilidade de a palavra recuperar o que se vê, porque "o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem" (FOUCAULT, 1999a, p.12), já que os elementos constituintes do enunciado imagético organizam-se de forma própria, alinear. Comporta, assim, uma modalidade de escritura cujos vínculos com o universo simbólico mantêm-se por diferentes materialidades e cujo elo estabelece-se em torno de um acontecimento discursivo. Dessa forma, os sentidos não se encontram apenas no que nos é mostrado, mas na conjunção do visível com o inteligível e no entrecruzamento de diferentes formações discursivas e de campos associados. Complexidade que delega ao inteligível o pertencimento ao plano do conteúdo e o visível ao da forma.

No universo arquitetônico da leitura iconográfica, as condições instituídas para a (i)legibilidade de um texto têm suas amarras na constituição do estatuto que regeu a interpretação até o século XIX, formalizado para a modalidade verbal. Estatuto que manteve tal processo inscrito na ordem das lógicas consensuais e fortemente alicerçado em bases referenciais do século XVI, época em que os signos se distribuíam num espaço homogêneo, em todas as direções, de uma maneira também reconhecidamente homogênea. A interpretação tratada sob tais moldes teve seus indícios de superação, a partir do século XIX, com as contribuições de Freud, Marx e Nietzsche. Desde então, os signos foram escalonados em um espaço diferenciado, seguindo a dimensão denominada profundidade<sup>6</sup>, entendida, conforme explicitada por Foucault (2000, p. 43-44), não como interioridade e sim como exterioridade. De mais a mais, nesse seguimento, a verdade tem:

---

<sup>6</sup>A categoria profundidade fora instituída por Nietzsche e se referia, segundo Foucault (2000, p.44), à “busca pura e interior da verdade”. Nesses termos, a profundidade implicaria a resignação, a hipocrisia, a máscara, e requeria do intérprete, “ao percorrer os signos para denunciá-los”, que ele chegue ao “fim da linha vertical e [mostre] que essa profundidade da interioridade é, na verdade, outra coisa do que ela diz”.



[...] instantes propícios, lugares privilegiados não somente para sair da sombra, mas, sem sombra de dúvidas, para *produzir-se*; se há uma geografia da verdade, é aquela dos sítios onde ela reside (e não apenas dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la); sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem chegar como um acontecimento (e não aquela dos momentos dos quais se deve aproveitar para apercebê-la, como entre duas nuvens), [...] [pois] a verdade não é da ordem daquilo que é, mas do que ocorre: acontecimento. [...] nós a captamos segundo as ocasiões: estratégia e não método. (FOUCAULT, 1999b, p. 281-2).

Formulação esta que permite tomar o discurso, na perspectiva em discussão, desfazendo-se os “laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas”, e independente de ele se encontrar materializado pelo verbal ou visual. Sobretudo, porque um discurso, tal como afirma Foucault (1997, p. 56), é possível de ser ouvido como também de ser lido. Contudo,

[...] sob a forma de texto, não [é], como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras, [não é tampouco] uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência (FOUCAULT, 1997, p. 56).

O discurso é mais do que isso, é prática em cujo funcionamento forma sistematicamente os objetos de que fala. Dotado de um conjunto de enunciados, ele possui um mesmo princípio organizador que não se reduz às questões de língua nem tampouco aos atos de fala. É isso o que se destaca como o que mais importa fazer aparecer do discurso; que é preciso descrever e dele estabelecer procedimentos, os quais fazem aparecer um conjunto de regras relativo à prática discursiva (FOUCAULT, 1997). Esta que, por sua vez, se constitui em elemento de inquietações e na qual se reconhece estar circunscrito o objeto de que se trata. Compreendendo-se, assim, que “essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime [de formação desse] objeto” (FOUCAULT, 1997, p. 56), com intervenções do saber técnico, que se encontra permanentemente em evolução. Trata-se de modos de caracterização de uma prática discursiva.

Isso posto, trazer à reflexão modos de dizer e de olhar discursivamente corpos em vigília, em circulação na mídia e na contemporaneidade, implica a submissão às condições sobreditas e, necessariamente, dispor delineamentos acerca de instâncias privilegiadas do exercício do poder e de relações saber-poder que se estabelecem nesse campo de atuação. O acercamento dessas instâncias, circunscritas a práticas discursivas midiáticas, é condição para se desvelar os espaços possíveis de revigorecimento de acontecimentos, cuja história e memória se perpetuam na atualidade dos fatos, mantendo-os conectados a uma complexa rede enunciativa detentora de regras próprias de funcionamento que busca equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos. Condições de possibilidade de os enunciados-acontecimento dizerem-se, no jogo de uma exterioridade, sem o risco de que o dito desapareça ao acaso e com a expectativa de que os procedimentos adotados façam aparecer a lei na qual se detenha as regras para a enunciabilidade e o funcionamento discursivo.



Certificado o *status* identitário de tais enunciados, os discursos nos quais se inscrevem são autenticados a ocupar um campo singular e monumental ao qual se destinam todos os demais que com eles mantêm essa mesma identidade e em cujo diagnóstico revela a condição de realidade de sua dispersão. Esse espaço de propriedade monumental e para o qual Foucault denomina arquivo “não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele se separa”, e que permite analisar os enunciados-acontecimento como constituintes da “orla do tempo que cerca nosso presente” e “que fora de nós, nos delimita”. Nessa conjuntura, ter o limiar de sua própria existência “instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossas práticas discursivas”, a partir “dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos”, que se desprendem “de nossas continuidades” e se dissipam de identidades temporais (FOUCAULT, 1997, p. 151).

Isso nos impele a destacar a força primária e constituinte de uma imagem, a força maior da linguagem visual que pode, num primeiro momento, condensar a ideia de que, em razão de sua natureza peculiar, os sentidos sejam apreendidos por seus componentes da visibilidade, estes que lhes proporcionam um caráter imediato ou mesmo, um efeito de evidência espontânea; porém e, sobretudo, a perspectiva discursiva trilha para além dessa tomada, ela caminha em busca de compreender como essa força atua sobre os sujeitos, o que ela contempla sobre uma determinada sociedade, população ou realidade política e social, já que uma prática discursiva imagética pode “encobrir” o dizível, o que se reverbera na trama discursiva, as relações de saber e de poder implicadas na instância da invisibilidade. Deliberar essa força-tarefa demanda, pois, o corte sobre práticas discursivas especificadas no elemento do arquivo.

Tratar, assim, da materialidade discursiva imagética com pujança monumental requer, de início, que seja definido o acontecimento que é revigorado no tempo e no espaço, perspectiva assumida nesta sessão e medida pela qual tomamos por princípio a dimensão imagética documental como a que comporta uma realidade ausente que delega sobre a materialidade discursiva, de forma que a história e a memória possam ser definidas no seu próprio tecido. A história sob tal formatação distancia-se da justificativa antropológica, apoiada em:

[...] uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é para a sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 1997, p. 7-8).



A legibilidade de um documento demanda, pelas implicações que a circunscrevem, problematizar a unidade do discurso em relação ao espaço comum em que vários objetos se perfilam e continuamente se transformam, conforme apontamentos apresentados por Foucault (2000, p. 98-99), ao Círculo de Epistemologia. De início, o que se faz necessário destacar nesse processo, segundo Foucault, é a relação que permite individualizar um conjunto de enunciados relativo a um dispositivo, realizada por meio da definição da regra de aparecimento simultâneo ou sucessivo do objeto nomeado, descrito, analisado, apreciado ou julgado. Em seguida, sob a mesma perspectiva, requer-se a identificação da lei de exclusão ou de implicação recíproca do objeto nesse conjunto enunciativo; e, por fim, reconhecer o sistema que rege a transformação do objeto que constitui o dispositivo desse mesmo conjunto. Esses procedimentos conferem unidade ao discurso, esclarece Foucault (2008); tal como se pode constatar no caso dos discursos sobre a loucura ou em outros dispositivos, dentre estes, a diversidade cultural na contemporaneidade. É um empreendimento analítico deveras complexo, uma vez que a unidade discursiva requer, assim, incumbir-se de

[...] definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual, [e que] não consiste em individualizar seu objeto, em fixar sua identidade, em descrever as características que ele conserva permanentemente; ao contrário, é descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, mediar as instâncias que reinam entre eles – em outros termos, formular sua lei de repartição. [...] o referencial ou lei de dispersão de diferentes objetos ou referentes colocados em ação por um conjunto de enunciados, cuja unidade se encontra precisamente definida por essa lei (FOUCAULT, 2000, p.99).

Perspectiva sobre a qual este estudo se atém a fim de interrogar o já-dito em condições específicas de sua existência. Acercamo-nos sobre um recorte do acontecimento “Brasil, 500 Anos”.

### O INVENTÁRIO DO REAL E O ACONTECIMENTO “BRASIL, 500 ANOS”

Na dispersão dos objetos constituídos pela série enunciativa “Brasil, 500 anos”, a paradoxal atuação do “*modus operandi*” do tempo presente, legitimada em práticas discursivas midiáticas, cria espaços de (in)visibilidade acerca do acontecimento para a matéria discursiva do arquivo constituinte do inventário fotográfico do real. Jogo pelo qual a mídia é suporte para o exercício da governamentalidade que rege, de forma contundente, o como a inclusão e a exclusão são discursivizadas no Brasil, e dessa forma instituem regimes de conduta para o dizer e para o olhar o acontecimento a que se denominou “comemorações dos 500 anos do Brasil”. Assim, no enalço da série enunciativa constitutiva do recorte temático circunscrito ao acontecimento, privilegiamos, a fim de delegar reflexões teórico-analíticas, a busca por compreender as condições de (co)existência enunciativa para o dispositivo interculturalidade ou pluralidade cultural, em cujos pontos de deriva encontra-se o desafio para a superação dos conflitos existentes entre o Estado e a sociedade indígena. Encaminhamentos assumidos, sem deixar de lado as condições da emergência que tecem a trama discursiva



constituída pelo entrelaçamento do passado com o presente, bem como para as suas projeções futuras. Nessa direção, a relação saber-poder que permite individualizar o conjunto de enunciados, relativo ao dispositivo em questão, é aquela que se estabelece pelo verdadeiro da época e se encontra regida pela biopolítica – tecnologia do poder formulada com a finalidade de promover a segurança e em cujo ordenamento envolve tudo o que põe em risco a vida da população.

Sob tal abordagem, a pluralidade cultural, ou interculturalismo, é aqui concebida, como um dispositivo da política afirmativa e a biopolítica como dispositivo de segurança da governamentalidade, já que ambos enfatizam ações de cuidado, de proteção e de defesa das populações de minoria étnica. Atuações cujas regras se estabelecem a partir do respeito à tolerância ao que é diverso, por isso, a intolerância torna-se o referencial sobre o qual as relações saber-poder se estabelecem. Isso tudo aliado à condição de que as mídias desencadeiam a própria questão da sedimentação do espaço de circulação e de apropriação enunciativa que realimenta o acontecimento “Brasil, 500 anos”.

Desse modo, a rede midiática que cobria as atividades relativas às festividades do quinto centenário do Brasil teve papel preponderante sobre o que veio a se tornar um dos episódios “mais infelizes, desastrosos e vergonhosos” da história sobre essa comemoração. Acontecimento e objeto sobre o qual todo o empenho volta-se, no aqui e agora, para a mobilidade das categorias nocionais de uma cadeia relacional entre língua, história, e memória, no campo das múltiplas linguagens e das hibridizações. Mais precisamente, trata-se das condições de existência enunciativa acerca do episódio que promoveu o aparecimento simultâneo do que se nomeou, descreveu, analisou, apreciou e julgou, em cadeia global, como ato de violência da polícia brasileira em repressão aos integrantes do Movimento “Brasil Outros 500”.

Nessa direção, iniciamos nossas ponderações servindo-nos das palavras de Barros (2006, p.3), a fim de destacar que a diversidade cultural não é somente referência atribuída “aos diversos modos de agir com e sobre a natureza, mas também aos dinâmicos e inesgotáveis processos de atribuição de sentidos e significados”. Dentre os quais se incluem as reflexões relativas às:

[...] posturas que pregam a possibilidade de regras de comportamento segundo uma lógica de matriz universalista e aquelas que defendem a necessidade de atentarmos para as especificidades culturais dos agrupamentos humanos concretamente situados, e que, [segundo o Ioris] ainda carecem de uma resolução conceitual plenamente satisfatória por parte de ambos os lados da disputa (IORIS, 2007, p. 29).

Vale destacar, ainda, seguindo o pensamento de Barros (2006, p.4), que os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a avaliação do processo atrelado à questão da diversidade são os “de mudança social e econômica em termos de potencialidades e [de] capacidades do ser humano, incluindo sua liberdade social, econômica e política, bem como suas oportunidades de saúde, educação, criação e a possibilidade de desfrutar [do] respeito pessoal e dos direitos humanos”. Razão de o direito à cultura, a partir dos anos de 1970, ser “entendido como direito à produção, difusão e consumo de sua própria cultura e da cultura do outro, [que] passa a fazer parte do conceito de desenvolvimento humano”.



Importa-nos ainda ressaltar que, à época do evento das comemorações dos 500 anos do Brasil, vigorava a “Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamada na Resolução 47/135, de 18 de Dezembro de 1992. Tal documento: (i) contemplava a consideração da promoção e da proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas como forma de contribuição para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas; (ii) sublimava a constante promoção e realização dos direitos dessas pessoas como parte integrante do desenvolvimento da sociedade no seu conjunto e num enquadramento democrático baseado no princípio do Estado de Direito, e como contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre povos e Estados; (iii) em seu Artigo 2º, declarava o direito de essas pessoas participarem efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública; (iv) em seu Artigo 4º, delegava aos Estados o dever de adotar medidas necessárias a fim de garantir às pessoas pertencentes a minorias o exercício pelo e eficaz de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei.

Feitas tais considerações, o ponto de partida das reflexões, em formulação, tem, pois, a interculturalidade como dispositivo da política afirmativa e como inquietação as questões: (1) a mídia impressa, ao dar visibilidade para os sujeitos da diversidade, atende aos princípios da imparcialidade em detrimento aos da intolerância? Quais mecanismos ou estratégias linguístico-discursivos são empregados pela mídia impressa na obtenção de determinados sentidos e não outros, uma vez que o que se coloca em jogo é a credibilidade do Governo Federal que, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil, “expôs a nação brasileira ao mundo” como intolerante às reivindicações dos indígenas sobre a questão da (des)territorialização, impedindo os representantes dessa etnia de participarem das atividades do evento, no dia 22 de abril de 2000?

À época, as matérias jornalísticas – entre excessos, comedimento e polidez no trato das informações sobre o acontecimento – anunciaram<sup>7</sup> que, em cumprimento às ordens da Defesa Civil, a ação do Batalhão contra os integrantes da passeata rumo a Porto Seguro (BA), objetivava “barrar” a marcha “dos manifestantes” até o local oficial das comemorações. Ação que fora justificada como medida preventiva e de segurança, a pedido de lideranças indígenas, após a Conferência dos Povos Indígenas, realizada em Coroa Vermelha, no dia que antecederia as atividades comemorativas do dia 22 de abril de 2000. As reportagens, em geral, relacionaram o ocorrido com as manifestações de insatisfação dos representantes indígenas tendo em vista os encaminhamentos adotados pelo Governo Federal, ou pela falta deles, às questões de legalização e de demarcação de terra. Tais condições circunscreveram, assim, o desenrolar da ação “repressiva”

<sup>7</sup>Disponíveis em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/22/2>>, <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/23/2>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/reportagens.htm>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200002.htm>>, <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/dthame4.htm>>, <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=1140>>, <<http://profmazucheli.blogspot.com.br/2010/05/depoimento-de-gildo-jorge-terena-gildo.html>>, <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/pb05052000.htm>>, <<http://epoca.globo.com/edic/20000501/brasil1.htm>>, <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/massacre.htm>>, <<http://www.portonewsnet.com.br/?mw=news&w=3597>>. Acesso em: 15 abr. 2013.



contra os indígenas que teriam motivado o gesto “destemido” do índio Gildo Terena diante do Batalhão de Choque. Cenas flagradas pelo repórter-fotográfico Lula Marques e às quais nos reportamos, dadas as suas condições de existência transporem as delimitações de sua fecundidade teórica, noções elementares indiciais ou icônicas; por fim, virem alimentar arquivos midiáticos e se consagrarem monumentos.

### PONTOS DE ORIENTAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA DO INVENTÁRIO DO REAL: A INTOLERÂNCIA COMO REFERENCIAL

As cenas retratadas compõem, na atualidade, o inventário do real. Formam, a partir do instante flagrado, o “*interfuit*” responsável pelas criações de realidades ausentes, de realidades imaginárias e de representações, cujos gestos de leitura podem revelar o que não se deseja lembrar ou retomar, o acontecimento discursivo. Viés que a fotografia permite assumir.

Dada a perspectiva sob a qual o flagrante fora registrado, as imagens do confronto ganharam status de testemunho, com isso, eternizaram o inesperado do dia festivo do aniversário do país. No conjunto da operação maquínica, técnica, estética e discursiva, o regime do olhar o acontecimento enuncia, não as comemorações e sim a “violência” da corporação fardada contra os corpos em vigília, que se encontravam, na cena, representados por um dos integrantes da marcha a caminho do evento oficial.

Dessa forma, sob a ótica dos sujeitos da diversidade, o quadro dá visibilidade à desigualdade de forças. O índio Gildo Terena, desarmado, coloca-se sem resistência diante da Tropa de Choque. Os gestos dele são de apelo ao não avanço do Batalhão que, nas três imagens aqui apresentadas, ignora-o. As cenas exibiram o indígena em condições de significativa humilhação: de joelhos com os braços entrecruzados às costas (Foto 1), de joelhos com os braços abertos (Foto 2), estirado ao solo – rodovia – em posição de crucificação (Foto 3), e sendo ultrapassado pelos policiais que agiam como se nenhum obstáculo existisse obstruindo o caminho.

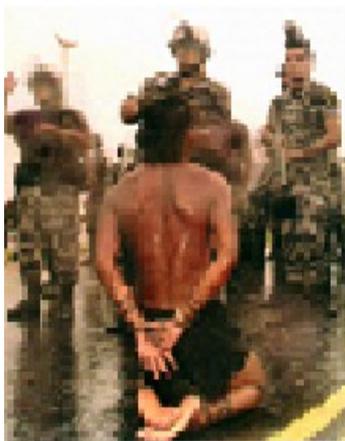


Foto1 - Terena diante do batalhão: gesto 1.  
Fonte: Arquivos do autor.



Foto 2 - Terena diante do batalhão: gesto 2.  
Fonte: Arquivos do autor.



Foto 3 - Terena diante do batalhão: gesto 3.  
Fonte: Arquivos do autor.



As imagens fotográficas do episódio circularam nas mídias do mundo todo e produziram efeitos que convergiram em comoção de inúmeros segmentos da sociedade, o que causou um proeminente mal-estar às autoridades brasileiras; pois, ignorar o apelo de Terena (e o que ele representava) gerou efeitos irreversíveis ao Governo. Repercutiu e representou o desrespeito à minoria étnica. Tratava-se de ações contraditórias ao que era proposto pelo Estado que se declarava sensibilizado com as causas indígenas. A desarmonia entre as políticas afirmativas e o seu efetivo exercício estava anunciada aos “quatro cantos do mundo” pelo modo como a intolerância interveio nas relações saber-poder entre Governo e minorias étnicas. A contradição revelada pelas condições de emergência e de (co)existência enunciativas estava instaurada. A mídia incumbiu-se de fazer circular a inabilidade do Governo Federal no equacionamento de diferenças e de tensões, bem no exercício da biopolítica. Assim, o modo como a mídia estabeleceu, discursivamente, as relações saber-poder acerca desse acontecimento, recorrendo à hibridização de instâncias da linguagem e de dispositivos teórico-analíticos, criou as possibilidades para que fosse traçada a cartografia do real, atemporalmente do passado ao fugaz presente, de forma que a opacidade que pairava sobre o dispositivo da interculturalidade transpôs, inusitadamente, as margens para ocupar o lugar central das comemorações dos 500 anos. Percurso que atribui ao presente a manutenção da conduta de intolerância. O inventário do real fotográfico, assim constituído, impossibilitou que os sentidos fossem outros, uma vez que as cenas não permitiram visualizar os sujeitos que integravam a passeata. A presentificação do acontecimento, pelo gesto analítico empreendido, a partir dos elementos políticos e midiáticos constitutivos do verdadeiro da época, coloca em funcionamento a *parresía*, “discurso pelo qual o fraco, a despeito de sua fraqueza, assume o risco de criticar o forte pela injustiça que ele cometeu” (FOUCAULT, 2010, p. 125).

### CONSIDERAÇÕES EM (DES)CONTINUIDADES

O percurso traçado pelo gesto descritivo-interpretativo arqueogenealógico estabeleceu-se em busca de compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados, desvelando, com isso, modos de dizer e de olhar a interculturalidade na contemporaneidade em tempo e espaço inapropriados ao indesejável acontecimento. O estudo demandou reflexões sobre a prática discursiva midiática circunscrita ao acontecimento para as quais delineamos procedimentos analíticos ajustados à empreitada de escavar e de desvelar espaços de revigoramento do acontecimento materializado em fotografias-documentais/monumentais. Para tanto, apontamos relações que permitiram a individualidade dos enunciados relativos aos dispositivos interculturalidade, política afirmativa e biopolítica, assim como identificar a intolerância como o referencial para as condições de (co)existência enunciativa e para a condição de realidade da dispersão do objeto constituído por essa série enunciativa.



Assim, olhares dispersos puderam avançar em direção à invisibilidade dos discursos e apreender, no jogo discursivo, os pontos de orientação que deram visibilidade ao exercício da governamentalidade ao desalojar formas e forças as quais possibilitaram reconhecer os dispositivos que promoveram a contradição, abalaram discursos sobre a igualdade na interculturalidade, destacando os efeitos do político no social.

## REFERÊNCIAS

- AUGÊ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BARROS, José Márcio. "Diversidade cultural e desenvolvimento humano". In: *Diversidade cultural: o debate internacional para a sua preservação*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretoria de Arte e Cultura. Belo Horizonte: Fumarc, 2006.
- BARTHES, Roland. *A câmera clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- \_\_\_\_\_. "A casa dos loucos". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense, 1999b, pp. 281-286.
- \_\_\_\_\_. Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Ditos e escritos III. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 40-55.
- \_\_\_\_\_. "A linguagem ao Infinito". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 47-59.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- IORIS, Rafael Rossotto. *Culturas em choque: a globalização e os desafios para a convivência multicultural*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicación*. Sevilla, v. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.ic-journal.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

**Abstract:** *The pathway delineated by the analytic archeo-genealogical movement tried to understand how the iconographic enunciation series of the event called "Brazil, 500 years" reached the status of inventory of the real through the manner vigilant bodies were pictured in the social media. The above revealed ways of saying and looking at interculturality within contemporaneity in time and space which were inappropriate for the undesired event. Research forwarded reflections on the social media's discursive practice circumscribed to the event for which the analytic procedures adjusted to the task of excavating and revealing strengthening spaces of the event materialized in photographs-documents/monuments were delineated. Relationships that allowed the individuality of the enunciations related to the devices interculturality, positive policies and biopolitics have been pointed. Intolerance as the referential for conditions of enunciative (co)existence and for the conditions of reality of the dispersion of the object formed by the enunciation series has also been identified.*

**Keywords:** *Event. Documentary photography. Inventory of the real. Biopolitics.*